

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável



INSTITUTO
FEDERAL
Santa Catarina
Câmpus
Caçador



Ano 2020



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável


**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina
Câmpus
Caçador

 **Atena**
Editora
Ano 2020

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

 **CNPq**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
R314	Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-244-9 DOI 10.22533/at.ed.449200308 1. Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado. 2. Educação. 3. Ciência. 4. Tecnologia. I. Nascimento, Eduardo do. CDD 370.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

CONTESTADO TEMPO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Com os avanços da informatização e das redes de recursos externos, os territórios estão cada vez mais conectados. Com uma necessidade cada vez mais evidente de trabalho em rede e em conjunto, os pesquisadores e demais profissionais direcionam seus estudos e trabalhos para uma perspectiva cada vez mais unida e com fortes contribuições ao meio onde estão inseridos.

Nem sempre houve interesse em conectar as vivências do interior, a comunicação e seus processos tradicionais que se revelam essenciais à vida humana. De uns tempos para cá o interior ganhou voz e hoje se tecem diálogos, que nos parecem cada vez mais necessários, por intensificarem o acesso a práticas capazes de alterar as reduções das desigualdades em espaços antes nunca visitados sejam pelas iniciativas privadas ou públicas. No arcabouço geral da teoria da tríplice-hélice, um movimento que engrena governo, universidade e empresa, há um desenho essencial para compreensão desta formação de capital, especialmente social, no bojo de uma estrutura necessitada de acesso, considerando a sociedade como base do modelo.

Mais que o capital meramente gerado em torno de uma exploração de mão de obra, é preciso colocar no cerne da questão a sociedade. Esta, sendo uma das beneficiárias das práticas de interiorização. Há de se dizer, e parece não ser exagerada essa visão, que a interiorização da rede federal de educação, ciência e tecnologia, para educação profissional e tecnológica, corrobora com essa interpretação.

Iniciada nos idos dos anos 2007, a interiorização torna-se uma pauta desenvolvimentista pelo governo Lula, sendo dali em diante um estopim de processos expansionistas e de interiorização seja pelo ensino superior com o REUNI (programa de reestruturação universitária, ou pelos programas de expansão da rede federal). Antes o acesso às universidades e institutos federais, antes conhecidos como CEFETs, se dava apenas em grandes centros e especialmente os inseridos nas regiões litorâneas, temos que nesse instante, novos rumos são levados a instalar campus em regiões com potencial de desenvolvimento e com alto índice de desigualdades.

Diante dessa celeuma, nota-se que a região do contestado se enquadra nesse quesito, especialmente quando observados alguns números pertinentes. Estes números expressados pelos indicadores adotados pelo governo do estado em seu programa de redução de desigualdades em 2016, ajuda a entender essa preocupação com o desenvolvimento local da região contestada.

Nesta seara, ainda mais intensa e preocupante, são os indicadores de violência, baixa escolaridade e acessibilidade em Caçador e demais municípios pertencentes a região central do contestado. Nisto vê-se que o processo de exclusão e silenciamento iniciado ainda quando da guerra, não se encerrou. O capital regional se concentra em poucas mãos, os salários são baixos e a exploração da mão de obra continua a todo o vapor. Tudo

isso ainda com cara de meritocracia, quando os serviços básicos de assistência e saúde sequer são prestados em essência para a comunidade local.

Diante desta pobreza, inclusive cultural, remontam às necessidades de entender as desigualdades no contexto do Contestado. Essa lacuna mais que exacerbada diante destes documentos e estudos, revelam ainda que a falta de acesso não só na educação, reflete também na cultura e seus processos formativos de sociedade. Historicamente, os cinemas da cidade viraram lojas de departamento. Não há um teatro local adequado e público formado para consumir estes produtos. Os espaços para artistas e demais entusiastas são quase nulos. Um processo de resistência com o tempo e com a cidade se desenha quando deste acesso: inexistente, porém não nulo, pois as paredes e muros da cidade reverberam este pensar.

Essa observação corrobora com o contexto das propostas que se ensaiam e se concretizam desde 2018 o Contestado. Com a instalação de campi tanto do IFSC quanto do IFC, além de um da UFSC em Curitibaanos, revelam da importância do contestado para práticas de educação, e seus efeitos de extensão e pesquisa. No entanto, essas instituições até então não conversavam, nem se conheciam de forma efetiva. Assim, atividades em rede praticamente eram inexistentes.

Com os cortes que atingem a educação de forma sistemática este processo de fala e comunicação, também se encontrava defasada e até mesmo desanimada em razão das dificuldades orçamentárias em torno da questão. Em 2018, um grupo de entusiastas capitaneados pelos servidores Letissia Crestani, museóloga do museu do contestado, do professor Júlio Corrente, da área de história e então coordenador do museu e da Cristiane Dobner, assessora da secretaria de desenvolvimento econômico de Caçador, tomaram por decisão propor às agências de fomento um plano de eventos.

Esses servidores públicos, somados a este autor, submeteram ao CNPq um pedido de recursos públicos para eventos de popularização da ciência no edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, em 2018. Naquela oportunidade o texto desenvolvido, trabalhou a perspectiva da redução das desigualdades com uma grande contextualização de um temário emergente regional. Diante daquela oportunidade se desenhou os eventos de 2018, 2019 e 2020, consolidando uma rede de parceiros que agora conversa e dialoga em prol do desenvolvimento científico e tecnológico regional, sendo mais uma frente de discussões e debates que as instituições de ensino puxam na região.

Já em 2019, o grupo toma corpo com pesquisadores de renome e de caminhada científica para contribuir com essa popularização da ciência no contestado. Eduardo do Nascimento, doutor em engenharia de materiais, assume o comando conectando ao saber da academia, já excelentemente construído por Letissia Crestani, e as necessidades populares com as ideias de uma rede de desenvolvimento sustentável, e com construções de espaços multifacetados que integram o saber acadêmico e as emergências sociais enxergadas no contestado.

Em 2020, a ideia de um congresso do contestado, um segundo congresso aliás, se alinha às realidades dos IFs do interior. Sem tantos eventos e reuniões de popularização

do saber, constrói-se uma segunda edição do evento. O primeiro realizado em junho de 2019, concentrou um viés histórico e geográfico onde se concentram muitos estudos do contestado, mas abriu para discutir o hoje, o que fazemos aqui o que construímos no território. Um congresso com ar de produção local, e com o ouvir e o dizer dos caboclos e entusiastas ainda remanescentes de um contestado ávido por oportunidades.

Quando construída a agenda da proposta em 2018, a ideia nasceu de um sentimento de abandono da administração municipal que até então manifestava e organizava as iniciativas em relação a semana do contestado em Caçador. Nesta oportunidade, houve um desinteresse pelas autoridades públicas para realizarem os eventos. Nisso a comunidade, manifestada por líderes de movimentos e encampando a bandeira cabocla, solicitou os recursos ao CNPq para transformar em ciência o saber e o conhecimento popular, vez que os estudos e pesquisas em torno do contestado são imensos.

Neste ambiente, a semana do contestado toma um formato popular, encabeçado pela Prefeitura de Caçador, Museu do Contestado e o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. A municipalidade manifestada pela Câmara Municipal de Caçador, da qual tinha um papel de também auxiliar a chamar a Semana do Contestado, edita alteração legislativa da qual sai das responsáveis pela organização do evento.

Dessa forma o evento passa a ser um compromisso apenas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, da qual disponibilizou a estrutura de servidores e espaços para a realização dos eventos em rede. Eram os primeiros sinais de uma construção coletiva popular para as atividades, mas também pela própria propositura de uma agenda de continuidade em torno de uma proposta de que os eventos em torno do contestado não deveriam por concentrar apenas na semana do contestado, um sentimento anterior também exarado em outras oportunidades, mas por todo o tempo como identidade local.

Com isso nasce a propositura da ação em que se congrega a temática: Semana do Contestado: Um Olhar Científico na História de um Povo. O município de Caçador, bem como os municípios de Irani, Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Curitibaanos, Campos Novos, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Santa Cecília e Timbó Grande, são localizados no meio oeste catarinense e fazem parte da região do Contestado, região que historicamente foi palco de um conflito que quase dizimou a população e concentrou a riqueza na mão de poucos, por isso é uma das cidades mais pobres do estado. Donald Schuler, na obra Império Caboclo, destaca a importância do Contestado, em seu texto vê-se, mesmo que literário, revela a amplitude do conflito, como sendo mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde.

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. Isso ainda não mudou, porém alguns aspectos culturais, especialmente pelas autoridades públicas se revelam.

Ainda em 2018, destacamos enquanto equipe proponente, que a grande maioria da população não só de Caçador, mas de todo o corredor do Contestado, não possui acesso à cultura, noções de ciência e tecnologia. A maioria nunca sequer assistiu uma peça teatral, ou visitou algum museu, ou ainda têm noção das tecnologias regionais, da ciência popular, de que é possível fomentar hortas comunitárias nas escolas, ou tantas outras possibilidades científicas simples para melhorar o dia-a-dia do cidadão, especialmente os mais carentes. Desta maneira, dar visão a estrutura social e com isso realizar a “Semana do Contestado: um olhar científico para a história de um povo”, é uma forma de democratizar o acesso à arte, a cultura, a ciência, a tecnologia levando entretenimento, informação e conhecimento para a comunidade.

Por isso, projetos permanentes que visem empoderar as pessoas da região mais pobre de Santa Catarina fazem-se necessários para que a comunidade possa se desenvolver nessas áreas. É evidente investir no protagonismo da comunidade em fomentar novos movimentos culturais, de pesquisa científica, de conhecimentos agroecológicos, de ciência para atividades populares, de noções de agronomia, de ervas medicinais, de modo democrático e aberta. Essas ações visam conceder a comunidade um poder em que se reconheçam como detentoras de saber, livrando-os de intempéries que as condições de risco, porventura, possam ocasionar, isto pela democratização do acesso à ciência e tecnologia, além é claro, da educação, cultura e arte.

Dessa forma, a proposta visou e contemplou a região do contestado com um evento de abrangência regional e até nacional pela amplitude que foi o conflito, pela memória do povo, pela propositura de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional de modo a oportunizar mais acesso e oportunidades aos jovens, estudantes e toda a comunidade regional, pela ciência e tecnologia.

Assim, na semana proposta, houve atividades como, fomento de banners sobre a história do contestado no museu da cidade, de modo a construir a primeira semana acadêmica do contestado em forma de seminário, que depois cresceu e virou um grandioso congresso, em que os acadêmicos compartilharam e debateram seus estudos sobre o tema, junto da comunidade. A arte possui um papel íntimo na proposta deste texto, vez que dialoga intimamente com a cultura e cientificidade do conhecimento popular como espaço na universidade, mas no caso em tela, do instituto federal e também dos espaços públicos de guarda da identidade e história local.

Desta monta, fomentar a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pôde resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes tiveram, houve um despertar e um aprimorar dos seus conhecimentos na área, a ampliar as suas atuais possibilidades. Mais que uma semana de conhecimento científico, foi um convite a revisitar a própria identidade do povo caboclo.

É importante ressaltar que a atividade buscou articular os conhecimentos e a

indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas que foram demandadas pela comunidade do local e pelas possibilidades das instituições parceiras de atender a esses pedidos. As atividades tiveram forte caráter de extensão porque o evento foi realizado nas comunidades das regiões e cidades parceiras incluindo atividades em bairros chave, como o bairro Martello, o mais populoso do município de Caçador, cerca de 13 mil habitantes, segundo o Censo 2010, onde hoje se encontra em maioria o caboclo moderno.

Desta maneira, como a realização do evento, tivemos bastante êxito em estimular a divulgação científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, visto que a história e o direito, por exemplo, foram bastante exacerbados durante este evento, através de publicações e afins. Vale salientar que o conhecimento de um contestado atual perpassa para o conhecimento aqui gerado, vez que as instituições locais geram ciência e aprendizado e mesmo com uma globalização e mais conectividade entre as pessoas, ainda é dificultosa essa partilha com estudantes e pesquisadores no interior.

Desta monta, o evento fomentado em que de fato houve a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Nessas ações, insta mencionar o laboratório de costura do IFSC, fora do câmpus, com a ideia maior de popularizar o acesso a formação e a ciência em comunidades carentes de Caçador.

Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pode resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes terão, poderão desejar aprimorar os seus conhecimentos na área ampliar as suas atuais possibilidades. Programas como mulheres sim, e formações de extensão enquanto receptivo às demandas dos gargalos sociais existentes, são muito essenciais para a redução de desigualdades no corredor.

Desta maneira, com o benefício financeiro do projeto, foi possível estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos), especialmente no primeiro congresso nacional do contestado, realizado em junho de 2019.

Ainda no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, tal como as hortas comunitárias em escolas modelos da região, a limpeza de uma determinada região carente da cidade pela comunidade, conhecido regionalmente como “puxirão”, celebrando a importância e celebração regional dos aspectos científicos e populares, viabilizando uma horta e jardim sensorial com base no conhecimento caboclo local visando uma popularização e interiorização da ciência, também foram realizados.

Em 2019 não é exagero dizer que houve um dos maiores eventos de popularização da ciência no corredor do Contestado: o Primeiro Congresso do Contestado. Este evento construído entre as paredes do IFSC e do IFC, transbordou e foi para as comunidades como acesso e popularização da ciência. Construído durante um ano, o congresso sai

do comum cientificamente dizendo, e vai para uma realidade de Instituto Federal, com apresentação do método e das práticas de pesquisa para alunos de ensino médio, estes como protagonistas do fazer ciência.

O papel do IFC através de seu Núcleo de Estudos do Contestado, é exemplar. A agenda proposta pelo grupo se pauta e muito nas necessidades locais. Quando falo das dificuldades de dialogar entre as instituições o IFC nos ensina que pela extensão é um caminho exemplar a seguir. O IFC ajudou a desenhar não só o congresso do contestado, mas a IV Semana do Contestado de Caçador, transformando a ação em um evento de caráter regional e estadual, como objetivava os recursos da chamada. A UNOESC também possui um papel nesta popularização evidenciado pelo trabalho e companheirismos de membros da equipe que abraçaram a causa, junto da UFSC e tantas outras instituições parceiras dos eventos.

Mais uma semana do contestado se constrói com as pessoas, vez que como dito anteriormente, esse foi um importante passo para a reunião de pessoas em torno da comunidade. Em 2019, a temática foi de meio ambiente, e sua preservação, em que muitos ensinamentos e afins se pautaram a ponto de revisitar conhecimentos populares e demais estruturas necessárias da comunidade. Para 2020, havia ações em rede e sistêmicas, como ciclo de oficinas e atividades extramuros, porém devido a cenário da pandemia, todas essas ações restaram prejudicadas em continuidade. Muito mais que uma relação meramente acadêmica, essas oficinas certamente mexeriam com o imaginário e o conhecimento popular, conectando a ciência com as ações e práticas para redução das desigualdades.

Para onde rumamos na continuidade, para este pensar de redução de desigualdades no contestado? Certamente o interesse deve ser muito além do que uma mera agenda, e sim um convite a comunidade a expressar anseios e vontades. O IF, é uma escola, como qualquer outra, com a estrutura adequada para cursos e formação profissional e tecnológica. No entanto, é no âmago de suas propostas legais que residem esse encontro: o de fomentar ações e cursos capazes de desenharem uma estrutura que esteja em acordo com os anseios locais.

Tem sido uma missão dificultosa a de construir uma agenda nesse sentido no Contestado, mas não pensamos em desistir nesse momento. Buscar agregar aqueles que se identificam com a causa, e com as temáticas que reduzem desigualdades, é um importante passo a ser consolidado nas agendas de relações e contatos seja da administração e afins.

Como disse um autor, o contestado continua lá e aqui. Portanto é preciso olhar para essas incongruências históricas e construir a partir daí uma relação íntima com o desenvolvimento. Esse desenvolvimento está longe da visão gourmet de inovação ou desse desenvolvimento pelo capital. A partir daí se discute uma inovação social que remonta a necessidade de reconhecer saberes e competências e que dessa forma trata de gerar identidade àqueles desprovidos de capital e esperança.

Essa é a função dos IFs na redução das desigualdades, uma delas aliás. Dito isso devem se somar a essa luta todos aqueles que veem alguma coisa disforme na sua

comunidade e em si mesmo. Com isso fica o convite a reflexão de construir uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade em que estamos inseridos, e o papel transformador individual somado os grupos, revela uma máxima: juntos podemos.

O Contestado vive e nós, que vivemos nele, dele, sigamos juntos pela redução das desigualdades.

Este livro é uma coletânea de artigos científicos e relatos de projetos produzidos recentemente pelos pesquisadores das instituições públicas que formam a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado e colaboradores. Esta rede visa a ampla divulgação e popularização da ciência. Os textos deste livro entremeiam um debate interdisciplinar, de forma a reconfigurar narrativas sobre o espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. A emergência destes estudos e ações, que trazem diversas linhas de abordagens dos processos que se configuraram neste território, são fundamentais para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla. Os 21 capítulos proposto mostram o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação e das políticas públicas, sobretudo, enfatizam os aspectos culturais e conflitos que permeiam o Contestado. Por fim, este livro pretende atender a demanda por leituras sobre o contexto atual de pesquisa e extensão na região do Contestado. Agradeço imensamente pela sensibilidade da artista Maní e pela aquarela “Maria Rosa do Contestado” que ilustra a capa deste livro.

William Douglas Gomes Peres (IFSC/Caçador)

PREFÁCIO

Márcia Janete Espig
(UFPel/Pelotas)

Márcia Elisabete Schüler
(IFC/Videira)

O CONTESTADO VIVE! A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IRMANDADE CABOCLA

O movimento do Contestado, guerra civil que incendiou um vasto território localizado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um acontecimento histórico sangrento, marcante, traumático. Traumático, sobretudo, para a população pobre que nele lutou, muitas vezes descrita como população cabocla. Quando falamos sobre os caboclos do Contestado, não nos referimos à cor de pele, a uma etnia ou a grupos humanos miscigenados, mas queremos significar o termo “caboclo” para a descrição de indivíduos que possuem um tronco cultural em comum. Mais do que um tipo físico, um tipo cultural. E no caso da região Contestada, pensamos o caboclo imerso em uma cultura de profunda devoção religiosa; de crença em São João Maria; de respeito pela natureza; de acolhimento; de fortes laços comunitários. Parte dos migrantes vindos de outras regiões do país, ou mesmo imigrantes, “acaboclarão-se”, ou seja, vivenciaram e tomaram para si esse modo de ser e de viver. Uma vida simples, mas bela em muitos de seus preceitos. Através desse modo de pensar, durante a Guerra uniram-se em fraternidade e comunidade, em torno da Santa Religião, onde todos eram “irmãos e irmãs” e onde “quem tem mói, e quem não tem mói também”. Naquele momento de conflito, essa forma de pensar o mundo não foi bem aceita por uma cultura elitista e urbana, tendo sido descrita de maneira preconceituosa através de jornais e outras narrativas.

Os primeiros julgamentos vieram logo após sua primeira reunião em Taquaruçu, junto ao Monge José Maria. O jornal Folha do Comércio, de Florianópolis, em setembro de 1912, considerava que a junção dos sertanejos seria produto de sua extrema “ignorância”, causada pela “falta de escolas” e “abandono”. Essa forma de pensar aparece em muitos periódicos, sendo os caboclos continuamente avaliados. Nesse primeiro momento, a principal acusação é a de ignorância ou, como diziam alguns, “falta de cultura”, ou inclusive “espíritos atrasados”.

Os epítetos preconceituosos permaneceram e se ampliaram à medida que a Guerra evoluiu. Aquele primeiro momento, de reunião e comunhão fraterna, evoluiu para uma postura de autodefesa, primeiramente na Batalha do Irani, e posteriormente nas Cidades Santas, que passaram a se organizar no final de 1913. Os ataques por parte das forças oficiais, constituídas pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, pelo Exército Nacional e por vaqueanos ligados aos coronéis da região, dizimaram mulheres, crianças e idosos, gerando a revolta dos caboclos, personagens historicamente espoliados pelo

sistema capitalista que se impunha.

A partir desses acontecimentos, e da reação às inúmeras violências sofridas, o sertanejo passou a ser avaliado mais duramente e os adjetivos passaram a ser mais cruéis. O mesmo jornal anteriormente citado, em dezembro de 1914 vai chamar os rebeldes de “bandidos” e “salteadores vulgares”. Aliás, “bandidos” e “jagunços” são dois dos termos mais comuns para descrevê-los, e repetem-se em inúmeras fontes históricas que falam sobre o Movimento. Além dos jornais, podemos citar livros escritos por militares que participaram da repressão e que usam termos semelhantes.

Para se ter uma ideia, o primeiro tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que chegou à região em 1915, afirmou que os moradores locais eram pouco trabalhadores, além de bárbaros, selvagens, bandidos, chegando a chamá-los de “monstros”. Em livro publicado em 1917, afirmou que ali vivia “[...] uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano...” O mesmo tom foi empregado em documentos produzidos no calor da hora, tais como Autos de Perguntas e Inquéritos realizados com rebeldes capturados ou que se apresentaram às forças legais. Nessa documentação, foram chamados de “tipos torpes, bandidos e gatunos”, bem como “vagabundos da pior espécie”. Termos semelhantes são encontrados em outros materiais, tais como relatórios ou partes de combates. Facínoras, jagunços, bandidos, alucinados, hediondos... Termos fortes e injustos, ao descrever uma população que estava a defender seu chão, sua família e sua cultura.

Por muito tempo, essa terminologia persistiu em boa parte dos livros produzidos sobre o Contestado. Até os dias de hoje, eventualmente encontramos obras que tratam os rebeldes por “jagunços” ou, o que é mais comum, por “fanáticos”. Dentro da maior parte das obras acadêmicas, contudo, esses termos não somente foram abandonados, mas também criticados. Hoje, não faz sentido tratar os caboclos ou sertanejos do Contestado por palavras elitistas ou arrogantes. Combater esse tipo de preconceito tem sido uma batalha travada por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, folcloristas, agentes culturais, dentre outros estudiosos contemporâneos. A percepção atual acerca da legitimidade da luta sertaneja e sobre a riqueza cultural daquelas populações traz contornos positivos à memória e à identidade dos homens e mulheres, moradores atuais do ex território Contestado.

Com todas as arbitrariedades sofridas, não apenas no campo de batalha, mas também no campo simbólico, não causa estranheza que por muitas décadas o Contestado tenha sido um assunto tabu no próprio local que em que ocorreu. Logo após a destruição do reduto de Santa Maria, que geralmente assinala o final do movimento, houve na região aquilo que o pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz chamou de “fase do açougue”. A expressão é autoexplicativa, e designa um momento em que a maior parte das forças militares se retirou, deixando a cargo de alguns piquetes o trabalho de “limpeza”, quando parte dos rebeldes restantes foram caçados e assassinados impiedosamente. Era necessário, então, para própria sobrevivência física, não falar sobre a Guerra, esconder-se, negar proximidades. Soma-se a isso toda a carga representada pelo uso de termos e expressões que analisamos mais acima: fanáticos, bandidos, jagunços... Esse

processo, em conjunto, causou um retraimento das memórias, das narrativas sobre as vivências, da fala sobre o trauma causado pela Guerra. Tudo isso deveria, forçosamente, ser reprimido no campo do pensamento. E assim viu-se o silenciamento do caboclo, a violência simbólica, o represamento das experiências vividas, a impossibilidade de falar sobre o passado. Mas essas memórias estavam lá, e calavam fundo. Em grupos íntimos, familiares, esse lembrar era possível, senão necessário. Em público, porém, jamais se assumir “jagunço”, não relembrar as cidades santas, nem a experiência de vida igualitária e comunitária.

Por décadas persistiu esse silenciamento na região. Aos poucos, porém, diferentes tipos de ações foram alterando esse quadro. Pesquisadores e estudiosos, interessados em historiar o período da Guerra, começaram a percorrer tais espaços. Além dos documentos escritos, buscavam os testemunhos orais, as falas, memórias e lembranças dos remanescentes do movimento, ou de seus descendentes. A esse interesse o caboclo respondeu ressabiado, por vezes preocupado. Afinal, não poderia ser esse pesquisador um sucedâneo daqueles que o alcunhavam bandido? Não seria também um representante daquela cultura elitista, preconceituosa, responsável por uma violência física e simbólica de tamanho difícil de ser mensurado?

Certamente esse não foi um processo fácil para os caboclos. Aos poucos, contudo, o interesse vindo de fora da região foi sendo percebido como legítimo, trazendo um lembrar sobre o passado. Em certo sentido, os pesquisadores reafirmavam aos remanescentes do conflito a importância de seu protagonismo durante a Guerra. Reafirmavam seus marcos identitários, desejavam saber sobre as Cidades Santas, se interessavam pelos personagens que lá viveram, valorizavam sua fé no Monge e na natureza. Esse movimento teve início pelas décadas de 1950 e 1960, e continua ativa até os dias de hoje. Se já não temos remanescentes vivos de uma guerra mais que centenária, temos seus descendentes, suas memórias familiares, indiretas mas não menos importantes. E a fé no Santo Monge, essa persiste, e se materializa em cruzeiros, capelas, águas santas, ermidas, cavernas, grutas... Continua a fascinar pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, além de artistas, cineastas, dramaturgos, entre muitos outros.

Nesse processo de posituação da memória, o poder público também teve sua importância. Em nível estadual, nas décadas de 1980/1990 o governo catarinense passou a celebrar a riqueza da história contestada. Destacando o protagonismo dos caboclos, símbolo da “luta dos pequenos” frente a injustiças sociais e políticas, o estado estimulou estudos, publicações, vídeos, além da implantação de marcos e placas em locais significativos, tais como espaços onde ocorreram batalhas ou existiram Cidades Santas. Essas ações refletiram uma guinada do discurso oficial. Os homens e mulheres do Contestado passavam de bandidos a heróis, defensores do solo Contestado frente a forças espoliativas. Outra iniciativa importante foi a construção do Parque Temático do Contestado, em Irani, no local em que ocorreu a famosa Batalha. Embora o projeto inicial não tenha sido realizado em sua totalidade, serviu para promover a preservação daquele sítio, criando um local de memória educativo para as novas gerações. Em 2001, a bandeira

do Contestado foi reconhecida oficialmente pelo governo estadual como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, podendo ser hasteada em eventos oficiais. No ano seguinte, outra lei instituiu a Semana do Contestado, a ser lembrada anualmente, entre os dias 20 e 27 de outubro.

Outros grupos sociais, mais ou menos na mesma época, também dedicavam atenção ao conflito e o transformavam em referência. Em 1986 a região de Taquaruçu recebeu a Primeira Romaria da Terra em Santa Catarina, ligada a diferentes grupos sociais, tais como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais operárias. Diferentes símbolos e referências relacionadas ao Contestado passaram a ser apropriadas por diversos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Toda essa agitação, de reconstrução identitária, de positivação de memórias e de reposicionamento histórico dos personagens do Contestado não estaria completo se não houvesse um forte movimento interno, nas comunidades, entre as populações descendentes dos caboclos. Não temos aí um processo único ou combinado, mas diferentes processos ocorrendo em várias cidades que compõem hoje a região outrora contestada. E nesse ponto devemos lembrar a ação de homens e mulheres que, cada qual em sua comunidade, fizeram e ainda fazem a diferença ao promover a rememoração acerca do conflito por diferentes vias. São muitas experiências, várias delas ainda em movimento, em locais como Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Calmon, Matos Costa...

Sendo impossível citar aqui todas esses experimentos e todos os agentes culturais envolvidos, pensamos homenagear a todos e todas na pessoa de um de seus precursores, o falecido folclorista Vicente Telles, um ativista que fez da sanfona sua arma e recompôs a história e a memória sobre o Contestado na região de Irani. Participou da idealização do Parque Temático do Irani, incentivou o ensino escolar e a rememoração através de dramatizações, declamações e música. Encheu os olhos e os corações em sua comunidade. Vemos hoje movimentos variados, cada qual com sua especificidade, mas que buscam, em cada local, objetivos semelhantes: o resgate da identidade cabocla, a positivação dessa identidade, e o repensar sobre as dolorosas memórias acerca da Guerra do Contestado.

Em meio a esse percurso, surge um importante evento, que dialogou não apenas com a produção acadêmica sobre o Contestado, mas também com as iniciativas de resgate cultural acima mencionadas. O Primeiro Congresso Nacional do Contestado, ocorrido em junho de 2019, teve lugar em Caçador e acolheu a comunidade local de maneira inédita.

Este evento foi possível graças ao trabalho comum e em rede, a partir do convite feito pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para que o Instituto Federal Catarinense (IFC) participasse através de seu projeto de extensão Núcleo de Estudos do Contestado (NEC) da criação, construção e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia onde teria lugar um evento acadêmico abordando a ciência para redução de desigualdades e tendo o Contestado como foco de debate.

Os Institutos Federais no Brasil surgem distribuídos em eixos congruentes às demandas regionais onde são implantados e são apoiados no tripé baseado em ensino,

extensão e pesquisa. Entre os anos de 2007 a 2012, várias unidades do IFSC e do IFC foram implantadas no Contestado Catarinense, em locais como Canoinhas, Videira, Caçador, Fraiburgo, Luzerna, dentre outros. O projeto de extensão NEC tem ações voltadas ao estudo da Guerra do Contestado, com atividades consolidadas desde 2013.

Quando o NEC aceitou arregaçar as mangas e compor a organização, começava a se formar novamente a irmandade no mundo caboclo, nele e a partir dele. Outras instituições, como a comunitária Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foram chamadas e aceitaram o convite desafiador de trazer pela primeira vez um evento acadêmico deste porte para terras contestadas. Também o NEC ganhou fôlego com a introdução de novos membros externos que ajudaram e ajudam a solidificar aquilo que se lançou como proposta entre as instituições.

Muito se fala do Contestado fora de seu território e a conquista foi trazer pesquisadores importantes, estudantes de todos os níveis para apresentar trabalhos, debater e ouvir e ainda incorporar ao evento acadêmico as comunidades, líderes locais e pessoas envolvidas no resgate da cultura cabocla, na memória do Contestado.

Todos os que já tiveram a rica experiência de estar em meio ao povo caboclo do Contestado sabem sobre o espírito de irmandade e partilha que norteia a vida dessas pessoas. O fazer comunitário é traço fundante da cultura cabocla desde o modo de vida herdado das nações indígenas nativas, aos redutos de resistência durante a Guerra até a formulação e concretização deste Primeiro Congresso Nacional do Contestado, cujo resultado acadêmico podemos atestar nesta publicação, recheada de contribuições as mais diversas.

Foram 23 pesquisadores que produziram resultados, provocações, relatos de ações sobre o tema em mesas temáticas, 79 trabalhos acadêmicos inscritos para avaliação e público de 1200 pessoas circulando pelo congresso. Colaboraram com o mesmo vinte instituições nacionais, além de pesquisador internacional vinculado à ONU.

A presente obra é um dos muitos frutos decorrentes desse memorável encontro. Dos artigos aqui publicados, 15 foram apresentados no congresso, e os demais 6 trabalhos surgem a partir da rede de relações acadêmicas então constituídas ou reforçadas.

Sotaques e gentes de vários rincões se achegaram ao evento, interessadas em nossa história, o que demonstra que o Contestado é maior que nós mesmos... O Contestado vive.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO	
Eduardo do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.4492003081	
CAPÍTULO 2	9
MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS	
Márcia Janete Espig	
Gerson Witte	
DOI 10.22533/at.ed.4492003082	
CAPÍTULO 3	21
A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917)	
Flávia Paula Darossi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003083	
CAPÍTULO 4	34
CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO	
Cleber Duarte Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4492003084	
CAPÍTULO 5	49
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR	
Andrea Alves Cavalet	
Hillevi Maribel Haymussi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003085	
CAPÍTULO 6	59
DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA	
Diane Daniela Gemelli	
Silas Rafael da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.4492003086	
CAPÍTULO 7	69
DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS	
Cristhiane Martins Lima Kreusch	
Renata Marafon	
DOI 10.22533/at.ed.4492003087	
CAPÍTULO 8	81
A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO	
Marcia Garbin	
Mariana Di Domenico	
Bianca De Bortoli	
Amanda Zago	
Juliana Aparecida Biasi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003088	

CAPÍTULO 9	91
COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982)	
Fernando Henrique de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.4492003089	
CAPÍTULO 10	102
MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.44920030810	
CAPÍTULO 11	109
EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC	
Cleber José Bosetti	
Zilma Isabel Peixer	
Juliana Golin Krammes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030811	
CAPÍTULO 12	119
PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!	
Viviani Poyer	
DOI 10.22533/at.ed.44920030812	
CAPÍTULO 13	130
A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)	
Flávia Rhafaela Pereira	
Silvio dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44920030813	
CAPÍTULO 14	142
SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
William Gustavo Sganzerla	
Ana Letícia Andrade Ferreira	
Cleonice Gonçalves da Rosa	
Ana Paula de Lima Veeck	
Michael Ramos Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030814	
CAPÍTULO 15	156
ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912)	
Gabriel Carvalho Kunrath	
DOI 10.22533/at.ed.44920030815	
CAPÍTULO 16	166
NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR	
João Felipe Alves de Morais	
DOI 10.22533/at.ed.44920030816	

CAPÍTULO 17	176
TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	
David Ferreira Severo	
Bianca Gonçalves Sousa de Moraes	
Diogo Moreno Pereira Carvalho	
Marta Ferreira da Silva Severo	
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.44920030817	
CAPÍTULO 18	189
GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)	
Delmir José Valentini	
DOI 10.22533/at.ed.44920030818	
CAPÍTULO 19	213
A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)	
Michel Felipe Moraes Mesalira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030819	
CAPÍTULO 20	225
O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE	
Tatiana Bruna Fabian	
Tulainy Parisotto	
DOI 10.22533/at.ed.44920030820	
CAPÍTULO 21	236
O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR	
Alcimara Aparecida Föetsch	
Mário Sérgio Deina	
DOI 10.22533/at.ed.44920030821	
CAPÍTULO 22	252
A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030822	
SOBRE O ORGANIZADOR	262

NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR

João Felipe Alves de Morais
(UFSC/Florianópolis)

PALAVRAS-CHAVE: trem pagador; guerra do contestado; processo crime; Zeca Vacariano.

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo avaliar um processo criminal sobre uma experiência social ocorrida em Campos Novos no ano de 1909. Trata-se do Processo Crime de José Antonio de Oliveira depositado no arquivo da Casa da Cultura de Campos Novos. O episódio ficou conhecido como assalto ao trem pagador e ganhou notoriedade por meio de notícias de jornais e um filme recente com o mesmo título. Por meio da análise do processo será possível identificar personagens com vínculos direto ao movimento do Contestado e acompanhar trajetórias, alianças políticas e conflitos que antecederam a rebelião sertaneja. Em termos metodológicos, esse trabalho se ampara nas abordagens propostas pela micro-história e pela história pública. No primeiro caso, porque busca compreender seu objeto de estudo como fruto de um conjunto de relações móveis, forjadas nas experiências coletivas dos sujeitos. No que tange à história pública, por firmar-se em uma narrativa voltada para público não exclusivamente acadêmico. O processo crime do assalto ao trem pagador contribui para os debates sobre a dinâmica social da região do Contestado no início do século XX, pois dá espaço para que muitos daqueles que participaram do assalto, possam fazer uma narrativa sobre o fato, com seus olhares e objetivos.

1 | INTRODUÇÃO

As histórias vindas dos sertões do Vale do Rio do Peixe dão frutos para a imaginação dos que por lá passam, entre elas estão histórias sobre a vida rural, as crenças religiosas, além das batalhas e personagens da Guerra do Contestado. Uma história recorrente na memória daquela população foi a façanha de Zeca Vacariano no assalto ao trem pagador. Este texto tem como objetivo analisar o processo judicial instaurado para averiguar esse crime ocorrido na zona rural da Vila de Campos Novos, tratando esse episódio como uma experiência social. O acontecimento ficou conhecido como “assalto ao trem pagador” e ganhou popularidade por meio de notícias constantes em jornais da época, continuando na memória da população até os dias atuais; sendo, inclusive, tema de um filme recente com o mesmo nome. Por meio de um estudo do processo judicial foi possível identificar personagens com vínculos diretos ao movimento do Contestado e acompanhar trajetórias, alianças políticas e conflitos que antecederam a rebelião sertaneja.

2 | A FAÇANHA DE ZECA VACARIANO

Em 1908 a responsabilidade pelas obras na construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande ficou atribuída ao engenheiro Achilles Stengel, contratado pela Brazil Railway Company para prontamente finalizar o trecho da ferrovia, que passaria pelas terras entre os rios Iguaçu e Uruguai, sendo esta zona contestada pelo Paraná e Santa Catarina. Em dois anos sob direção de obras de Stengel esta etapa da ferrovia foi concluída, empregando mais de 8 mil trabalhadores (QUEIROZ, 1966, p. 71).

Esse grande contingente de trabalhadores não era gerido exatamente pela companhia ferroviária; a organização da construção proposta por Stengel foi baseada em um sistema de concessão de tarefas. A companhia contratou diversos taifeiros, funcionários incumbidos de reunir e gerir turmas de trabalhadores, e a eles eram responsabilizadas tarefas referentes à construção da ferrovia, das quais algumas eram o desmatamento do caminho, a terraplanagem, e o assentamento de trilhos. Como o trabalho era feito em etapas, o taifeiro recebia pela tarefa à qual estivesse designado a cumprir, e era, também, responsável pelo repasse do pagamento aos seus funcionários (QUEIROZ, 1966, p. 72).

Neste contexto é que se encontrou o personagem principal do “assalto ao trem pagador”. José Antonio de Oliveira, vulgarmente conhecido por Zeca Vacariano, foi um taifeiro contratado pela companhia para executar tarefas na sexta e sétima divisão da ferrovia. Vacariano residia próximo à estação de Rio das Pedras (hoje Videira), localidade na qual possuía um pequeno armazém. Com os avanços da obra, ele e seus trabalhadores se mudavam cada vez mais ao sul, se instalando por fim no quilômetro 152 do trecho em construção — buscando estar mais próximo do trabalho a ser executado (SCAPIN, 1996, p. 36).

No final do dia 23 de outubro de 1909, o funcionário responsável pelo pagamento dos trabalhadores da Companhia, Henrique Baroni, chegou à estação de Rio das Pedras com o intuito de seguir viagem ao sul, passando pelas divisões e realizando o pagamento dos taifeiros. Boa parte do trajeto do pagador foi feito de trem, mas para além desta estação a estrada de ferro ainda não estava concluída. Baroni vinha de Ponta Grossa – PR, com apenas três acompanhantes: Lino Ferreira, Menezes e Guilherme, que eram responsáveis por sua escolta. O pequeno contingente era acompanhado pelos camaradas do engenheiro da residência em que passavam até a seguinte residência da ferrovia. Ao chegar na terceira residência, próxima a estação de Rio das Pedras, foram recebidos na casa do engenheiro alemão Frederico Ernesto Kayser, lugar onde pernoitaram (Fonte: Apelação crime nº 1521, 1918, Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos).

Na manhã seguinte, por volta das 8 horas, o senhor Pedro Teixeira de Castro, auxiliar de escritório de Kayser, tentou telefonar para o engenheiro Buethner, que era responsável pela quarta residência em Limeira (hoje Joaçaba), para avisar que o pagador seguiria pela linha até a sua residência — contato este que não foi possível, pois a linha telefônica estava muda. Mesmo sem conseguir passar o aviso ao engenheiro Buethner, o pagador Baroni colocou as canastras de dinheiro no cargueiro, e acompanhado de seus três

camaradas e do engenheiro Kayser, saíram em direção à quarta residência. Era comum que o contingente de segurança do pagador fosse de numeração maior, sempre reforçado pelos homens de confiança do engenheiro residente; mas, no dia 24 de outubro, Kayser não conseguiu reunir homens para acompanhá-los.

No trajeto à quarta residência, ao passar pela casa de Zeca Vacariano, o comboio do pagador foi surpreendido pelo proprietário da casa, que estava sozinho encostado na porta de entrada, interessado em conversar com eles. O engenheiro Kayser comunicou ao pagador que este poderia seguir viagem, e que logo ele o alcançaria. Apeando seu cavalo, Kayser informou a Vacariano que não haveria pagamento para ele naquele dia, pois os vales (ver ESPIG, 2008, p. 279) respectivos de sua última empreitada já haviam sido pagos.

No momento em que o comboio do pagador ficou fora da visão de Kayser, dois capangas de Vacariano o prenderam dentro da casa, retirando inclusive sua arma. À portas fechadas, o engenheiro não pôde ver nada que acontecia lá fora; somente lhe foi possível ouvir um primeiro tiro, disparado por Zeca Vacariano, na frente de sua própria casa. Preocupado, Kayser percebeu que este tiro foi apenas um sinal dado pelo orquestrador do crime que viria a acontecer; pois, logo depois, uma sequência de tiros distantes foi ouvida.

Em um arroio próximo, enquanto lavava suas mãos, um trabalhador da ferrovia chamado Miguel Schemud observou o que aconteceu. Com o tiro dado ao alto por Vacariano, e um grito de “fogo rapaziada”, um grupo de mais de vinte homens armados surpreendeu o comboio do pagador efetuando diversos disparos. Menezes e Guilherme, atingidos por muitos tiros, jazeram pelo chão, enquanto Baroni e Lino Ferreira tentavam fugir com o cargueiro. A morte de seus camaradas trouxe medo por sua vida e, portanto, o pagador fugiu, com seu cavalo, para uma proteção por detrás de umas pedras na barranca do rio. Lino Ferreira, que tocava o cargueiro na esperança de fugir, acabou sendo impedido por dois dos camaradas de Zeca Vacariano, que seguiram atirando em sua perseguição. Lino fugiu, ferido, e deixou para trás o cargueiro que não pode mais salvar.

Enquanto os capangas de Zeca Vacariano furtavam os corpos dos mortos, retirando suas armas, os dois assaltantes que perseguiram Lino voltavam com o cargueiro para a casa do seu líder. Finalmente, Vacariano tinha posse das canastras de dinheiro; mas este não possuía as chaves para abri-las, pois elas estavam com Baroni. Vacariano foi às margens do rio do Peixe em busca de Baroni, próximo onde jaziam mortos Menezes e Guilherme. Mesmo com os incontáveis chamados, o pagador não respondia a Vacariano que, desesperado para encontrá-lo, voltou até sua casa; e obrigou ao engenheiro Kayser que fosse até Baroni e o convencesse a voltar com ele — e, se não o fizessem, seriam ambos mortos. Chamado por Kayser, Baroni saiu de seu esconderijo e voltou para a casa de Vacariano. Com controle sobre as chaves, Vacariano retirou todo o dinheiro das canastras, e o armazenou em alforjes que permaneceram em sua posse.

Apossando-se de todo o dinheiro do pagador — aproximadamente 358 contos de réis — Zeca Vacariano, com grande parte do seu bando, seguiu o caminho da mata, enquanto alguns seguiram linha acima em direção a Rio das Pedras. Antes de partir, Vacariano

relutou em matar Kayser e Baroni, mesmo sendo este o interesse de seus camaradas, dizendo que “não era com eles que tinham” (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 8). Os dois sobreviventes capturados foram obrigados pelo líder do grupo a seguir em direção a Limeira, só podendo regressar no dia seguinte.

Ao ser informado sobre o ocorrido por alguns trabalhadores da ferrovia, Pedro Teixeira de Castro, assistente de Kayser que havia ficado em Rio das Pedras, armou o apontador de nome Diógenes da Silva Paraná, para que este fosse socorrer Baroni. Chegando próximo ao local do assalto, Diógenes foi surpreendido por cinco capangas de Vacariano, que não o deixaram socorrer o pagador, dizendo que se fosse, seria morto pelo camarada Rufino de Almeida. Após o retorno de Diógenes, os cinco capangas passaram pela residência da ferrovia em Rio das Pedras, possibilitando ao assistente Pedro Teixeira reconhecer que aqueles eram trabalhadores que estavam a serviço de Vacariano na ferrovia. Esses homens, a uma distância de mais um menos um quilômetro, cortaram a linha telefônica, impedindo qualquer contato da residência com as estações ao norte.

Montado em seu cavalo, Pedro Teixeira seguiu até o local do crime, encontrando Menezes e Guilherme mortos ao chão, não só perfurados por bala, mas também golpeados a facão — ferimentos provavelmente feitos após a morte dos dois. Seguindo pela linha em construção, chegou até o túnel escavado para a passagem da estrada de ferro, e lá encontrou, escondidos, o engenheiro Kayser, o pagador Baroni e Lino Ferreira; este último em graves mazelas. Voltando à estação de Rio das Pedras, ouviram dizer que Vacariano e seu bando haviam fugido para Gramado, uma comunidade ao norte daquela estação, enquanto os que haviam ficado para cortar a linha telefônica fugiram pelo Rio Tigre.

3 | O PROCESSO JUDICIAL DE VACARIANO E O CORONELISMO LOCAL

A façanha de Vacariano nos deixa com a imaginação aflorada, além de nos propor diversas perguntas e reflexões sobre o acontecimento e sobre os personagens que participaram daquela epopeia sertaneja. Teria sido este um crime — como tantos outros — em que a busca de riquezas é a motivação? O que faria com que trabalhadores seguissem seu “chefe” em um atrevimento tão grande quanto esse? O que podemos refletir sobre este acontecimento, quando observado ao lado do conflito armado que aconteceu poucos anos depois nessa mesma região? Essas reflexões são possíveis ao passo que analisamos alguns apontamentos, presentes no processo judicial instaurado para investigar o crime praticado por Vacariano e seu bando. A metodologia proposta pela micro-história, que se baseia na descrição densa dos fatos, foi utilizada para refletir sobre esse caso, pensando-o para além do seu próprio acontecimento; este relacionado com o contexto, de modo a demonstrar que os fatos fazem parte de cadeias de relações dos indivíduos (LEVI, 2011, p. 144).

Vacariano requeria da Companhia um pagamento pelo serviço de sua turma, pagamento este que não aconteceu, dando sequência aos eventos do crime. No processo criminal, principal fonte de pesquisa para esta abordagem, a testemunha de defesa de Zeca Vacariano, Irineu Cheis, alega que o assalto foi feito para honrar o compromisso de pagar os homens que estavam sob sua responsabilidade (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 73). Assim como Vacariano, os taifeiros eram comumente fazendeiros, negociantes e políticos locais; e recrutavam, para os trabalhos sertanejos da própria região, que seriam de sua confiança (MACHADO, 2004, p. 147). A desavença e as incoerências em relação ao pagamento podem ter sido ocasionadas pelo pagamento dos funcionários em vales, proposto pela Brazil Railway Company, que acabava por diminuir o poder que os taifeiros tinham sobre seus funcionários (ESPIG, 2008, p. 279).

Dias antes do referido crime, o taifeiro havia ido até Calmon para negociar as diferenças em relação ao pagamento de seus serviços, pois ele não recebeu dinheiro suficiente para pagar todos os seus funcionários. Baroni explicou-lhe que não haveria mais pagamento, pois todo o valor já havia sido acertado. Inconformado, o taifeiro avisou que “o Dr. Achilles havia de pagar isto mais cedo ou mais tarde” (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 46).

Vacariano não foi o único taifeiro a ter problemas com a ferrovia. O coronel Maximino de Moraes, futuro figurante entre os vaqueanos a serviço do exército na Guerra do Contestado, também esteve entre os queixosos à administração de Achilles Stengel. Com o intuito de receber seis contos de réis como pagamento por sua empreitada, Maximino enviou seu sobrinho Leandro a Limeira para negociar com o engenheiro responsável daquela divisão. Controvérsias em relação ao trabalho executado e o que estava disposto no contrato fizeram com que a Companhia se recusasse a pagar, irritando o taifeiro. Em conversa com o lavrador Isac dos Santos, Leandro, irritado com a decisão do engenheiro de não pagar seu tio pela empreitada, afirma “Não tem nada, o Zeca e Maximino hão de cobrar-se” (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 18). Essa narrativa de Isac dos Santos incluiu o próprio Vacariano, o qual tinha problemas por outra empreitada, e que alguns dias após cometeria o assalto.

O assalto ao pagador talvez não fosse suficiente para vingar os descontentes com a ferrovia, e o principal responsável pelo descontentamento era o Dr. Achilles Stengel. Testemunhas do processo relatam que Vacariano havia enviado um de seus camaradas para assassiná-lo em Porto União. Esse capanga, de nome Rufino, ficou observando quem desembarcava nas locomotivas que chegavam naquela estação, na esperança de encontrar Stengel; o que não aconteceu (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 41).

As relações de trabalho empregadas na construção da ferrovia podem ser objetos de análise para o entendimento das dinâmicas sociais do universo sertanejo do período. Essa nova experiência de trabalho, vinda com a empresa internacional, não rompia de

momento com o compadrio e o coronelismo, bases das relações sociais dos indivíduos do sertão contestado. O vínculo entre Vacariano e seus homens era muito mais estreito do que apenas patrão e empregado, e alguns destes eram até mesmo compadres seus, como o caso de João Pinheiro (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 10).

Os laços de compadrio se baseavam em uma relação de parentesco muito forte, que garantia relações de dominação e subordinação. Os estudos sobre compadrio mostram que ele esteve muito presente, não só no Contestado, mas em todo o Brasil. Duglas Teixeira Monteiro (1974, p. 58) reflete que as práticas de batismo criavam laços religiosos, que refletiam no econômico e social. Os sertanejos convidavam para padrinho de seus filhos os fazendeiros proprietários das terras às quais eram agregados. Para eles, era uma garantia de proteção e serviço, enquanto para o fazendeiro era uma garantia de lealdade. Com a grande quantidade de apadrinhamentos, uma rede de sociabilidade era criada, onde famílias, de posições políticas e econômicas diversas, assumiam um compromisso.

A presença de João Pinheiro entre os assaltantes do pagador dá indícios da participação de coronéis na organização do crime. Além de compadre de Vacariano, Pinheiro era capataz do coronel Fabrício Vieira, fazendeiro de Porto União — e que durante o conflito armado do Contestado tornou-se um importante vaqueano a serviço dos militares. Noites antes do assalto, João Pinheiro e mais um camarada foram vistos vindo de Porto União; uma das testemunhas do processo judicial, João Keche, relatou que ouviu dizer que eles estavam indo para o Rio Grande do Sul, com o objetivo de buscar trabalhadores para a colheita de erva mate, e que viajavam apenas a noite para não serem vistos. Após o crime, os dois camaradas do coronel Fabrício foram vistos retornando para Porto União com Vacariano.

Tanto antes quanto depois do crime, o taifeiro responsável pelo assalto esteve em Porto União, vila em que residia o coronel Fabrício Vieira. Semanas antes de executar seu plano, Vacariano levou sua família para aquela vila, deixando seu auxiliar José Calábria responsável pelo negócio. Voltando para a casa sem seus familiares, mas acompanhado de homens de confiança, tempos depois, cometeu o assalto, para por fim retornar a Porto União.

Algumas testemunhas do processo dão indícios de um forte companheirismo do mandante do crime com outro coronel local, Henrique Rupp. As alegações de uma possível relação de amizade e auxílio de José Antonio de Oliveira com o referido coronel foram indicadas pelo lavrador Afonso Inácio Cruz, que esteve na casa de Vacariano resolvendo negócios particulares um dia antes do ocorrido. Em uma conversa com João Pinheiro, Vacariano teria afirmado que não haveria perigo, pois ele tinha o auxílio do Coronel Fabricio Vieira, que lhe valeria também no Rio Grande do Sul; e do coronel Henrique Rupp, que reunira gente e armamento (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 11). Nenhuma testemunha afirmou ter reconhecido camaradas do coronel Henrique Rupp entre os mais de quinze envolvidos no assalto, mas o tipógrafo Vicente Menezes avistou na vila de Campos Novos o coronel Rupp próximo a um armazém, no qual estavam depositadas oito carabinas *comblain*, adquiridas

por Vacariano (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 15).

Em nenhum momento os coronéis Maximino de Moraes, Fabricio Vieira ou Henrique Rupp foram inquiridos a depor, mesmo havendo indícios da participação de ambos. Esse fato abre uma reflexão sobre o funcionamento do judiciário na Primeira República, mesmo judiciário que anos após viria incriminar sumariamente por sedição, assassinatos e incêndios dezenas de sertanejos na Guerra do Contestado. Não é possível afirmar que nesse período a justiça aplicada no sertão catarinense era imparcial, pois muitas vezes os interesses dos próprios coronéis estavam em jogo.

A constituição de 1891 só garantia o direito de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos para os bacharéis em direito da justiça federal. Os poucos juízes de direito que atuavam nas esferas estaduais, que eram bacharéis, estavam à mercê do coronelismo, tendo que esperar de leis estaduais os benefícios dados a seus colegas da esfera federal (LEAL, 1997, p. 102). A escolha de juízes de direito para preencher cargos vagos nas comarcas era feita por lista tripla enviada ao governador do Estado (Fonte: O Dia, Florianópolis, 12 de outubro de 1917, p. 1) e, de toda maneira, o coronelismo acabava por favorecer ou intimidar os juízes de direito.

Em 1918, ano em que Vacariano foi encontrado e levado a julgamento, Lucas Bhering assumiu o posto de juiz de direito em Campos Novos (Fonte: O Dia, Florianópolis, 12 de outubro de 1917, p. 2). Bhering, depois de passagens pelas comarcas de Joinville e de São Francisco do Sul na qualidade de promotor público, havia sido escolhido pelo governador Felipe Schmidt em 1917 para exercer as funções de juiz de direito em Chapecó. No ano seguinte, foi movido para uma das cadeiras vagas nas comarcas da região que havia estado em litígio recentemente.

A prisão preventiva de Zeca Vacariano agradava a promotoria pública, que há alguns anos tentava garantir a prisão de um dos responsáveis pelo assalto ao pagador. Em 1910, José Calábria, assistente de negócios de Vacariano havia sido preso em Vacaria e remetido a julgamento em Campos Novos, mas com os relatos das testemunhas não foi possível traçar seu envolvimento no crime. Outro dos envolvidos e listados entre os vinte e sete suspeitos no processo judicial foi encontrado meses antes de Vacariano; era João Mariano. Diversas testemunhas que viram o crime garantiram que ele havia tomado parte no assalto. Preso no distrito de Herval, em Campos Novos, João Mariano havia seguido sua vida normalmente na zona rural da vila em que participou do crime. As testemunhas que o haviam citado em 1909 não foram novamente chamadas para depor, apenas testemunhas de defesa, que alegaram o não envolvimento do rapaz, argumentando que ele tinha entre onze e doze anos na época do crime. Sendo remetido ao júri, o réu foi absolvido por unanimidade. O caso deste garoto, filho de pais incógnitos, nos leva a reflexão sobre a infância diminuta no início do século XX, em que crianças desde muito jovens já estavam inseridas nos mundos do trabalho e do crime.

Finalmente, foi agendado o julgamento de Vacariano, designando-o a um júri. O fato curioso é que o réu havia concordado em partes com a acusação, afirmando que algumas

partes eram verdades e outras não. A única testemunha de defesa convocada foi o fazendeiro Irineu Cheis. O testemunho se baseia na argumentação de que os funcionários de Vacariano realizaram o assalto para receber o pagamento, e de que nada que ele fizesse ou falasse impediria seus camaradas. Outra informação do depoimento foi de que o réu não teve enriquecimento, o que provaria que o dinheiro não foi roubado para uso próprio. Essa argumentação ia de acordo a outros testemunhos feitos em 1910, de que após o assalto, o acusado havia passado pela casa de negócios de Horácio Lopes e efetuado o pagamento de seus credores (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 25). Vacariano foi levado a júri e absolvido em todos os quesitos por unanimidade.

A designação ao Tribunal do Júri foi decisiva para a absolvição de Zeca Vacariano, sendo esta forma de julgamento polêmica entre os juristas da Primeira República. O júri era o setor do judiciário que mais recebia influências da política local. Além de utilizarem seu poder político e econômico nas manobras feitas pelos advogados, os coronéis influenciavam a organização das listas de jurados, que eram “sorteados” para julgar os casos de seus interesses. “Não era, pois, somente a “lógica do sentimento” que informava as decisões do júri, senão ainda a “lógica partidária”, que nem sempre funcionava para absolver, mas também para condenar” (LEAL, 1997, p. 106).

O promotor adjunto da comarca, capitão Amantino Luiz de Andrade, inconformado com a decisão tomada pelo júri campos-novense, resolveu apelar por anulação da sentença ao Superior Tribunal do Estado. As razões para a apelação apontadas pelo promotor relatam um certo descontentamento deste com os jurados da região, que corriqueiramente inocentavam grandes criminosos.

“E deveras lamentável o propósito, sem escrúpulo no mundo, firmado por todos os homens que compõem o tribunal do júri desta comarca, para absolver indistintamente todos os criminosos. [...] Infelizmente, devido as circunstancias especiais em que tem se encontrado esta comarca ou seja toda a zona limítrofe do território ex-contestado o réu apelado, digo, zombando da ação da justiça viveu por muitos anos, no próprio território desta comarca cercado de numeroso grupo de capangas e cometendo toda a sorte de crimes que os pobres habitantes sertanejos ocultavam e ocultam receosos da vingança do terrível e caudilho, que de fato, achasse presentemente em plena liberdade e apoiado na confiança dos mesmo amigos (capangas) que sempre o auxiliaram.” (Fonte: Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos, p. 78-79).

O reconhecimento do pouco zelo do júri percebido pelo promotor adjunto reforça a tese de que esses criminosos estavam com respaldo de autoridades locais. Esse júri de Vacariano, quando aproximado com outros júris que aconteceram no mesmo período, para julgar sertanejos presos no conflito armado do Contestado, revelam que o que aconteceu não foi um indiferentismo, como afirmou o promotor adjunto — mas uma intencionalidade. Vacariano era antigo aliado de coronéis locais; participara da Revolução Federalista de 1893; e, em 1917, enquanto ainda estava foragido pelo assalto ao trem pagador, se reuniu

aos homens de Lucio Cleto como uma liderança de briga pela demarcação do Estado das Missões, provocando a desordem e saqueando municípios (Fonte: O Dia, Florianópolis, 17 de agosto de 1917). Por outro lado, sertanejos que lutaram contra o poder dos coronéis no Contestado foram julgados e condenados pelos júris locais sem provas suficientes de suas ações, como é o caso de Firmino Alves Cardoso (Fonte: Processo crime, Curitiba, 1915. Réu: Firmino Alves Cardoso. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um caso como o do assalto ao trem pagador permite ao leitor se indagar sobre a dinâmica social construída na região, a qual deu base para que aquele sertanejo organizasse um grande grupo de camaradas para realizar um crime. Por meio do processo criminal elaborado para julgar o assalto ao pagador, foi possível perceber motivações, estratégias e táticas dos sujeitos, bem como as dinâmicas sociais e políticas daquele período. Em especial, a forma de organização e exploração do trabalho em uma empresa de dimensão transnacional, como a Brazil Railway Company, e a relação do coronelismo com a atuação do judiciário.

REFERÊNCIAS

Apelação crime nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos.

ESPIG, Marcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). 2008. 343 f. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEVI, Giovani. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

O Dia, Florianópolis, 17 de agosto de 1917.

O Dia, Florianópolis, 12 outubro de 1917.

O Dia, Florianópolis, 14 de março de 1918.

Processo crime, Curitiba, 1915. Réu: Firmino Alves Cardoso. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social** (a guerra sertaneja do Contestado - 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SCAPIN, Alzira. **Videira nos caminhos de sua história**. S.l.: Hipograf, 1996.

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 